



***O Sector  
da Construção  
em Portugal  
2014  
1º semestre***

---

**Novembro  
2014**



---

Ficha Técnica

**Título:**

Relatório Semestral do Sector da Construção em Portugal | 1º Sem. 2014

**Autoria:**

Catarina Gil

**Coordenação Geral:**

Pedro Ministro

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia  
Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.

Av. Júlio Dinis,11  
1069-010 Lisboa

Telefone: 217 946 700 | Fax: 217 946 799 | Email: geral@inci.pt

---

## Índice

1. Enquadramento Macroeconómico .....	5
1.1. Produto Interno Bruto .....	5
1.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) .....	6
1.3. O Valor Acrescentado Bruto (VAB) .....	7
1.4. O Índice de Preços no Consumidor .....	8
1.5. O Mercado de Trabalho .....	9
2. O mercado em Portugal - indicadores sectoriais .....	11
2.1. Contextualização .....	11
2.2. Obras Particulares - Licenciadas e Concluídas .....	11
2.3. Taxa de Juro Implícita .....	13
2.4. Valores médios de avaliação bancária .....	14
2.5. Índice de produção na construção e obras públicas .....	15
2.6. Vendas de cimento para o mercado interno .....	15
2.7. Índice de custos de construção .....	16
2.8. Segurança no trabalho .....	16
3. O tecido empresarial do sector da construção .....	17
3.1. Títulos válidos a 30 de junho .....	17
3.1.1. Distribuição por classe de alvarás .....	18
3.1.2. Distribuição geográfica .....	19
4. Síntese .....	20
5. Fontes Estatísticas .....	21

**Quadros**

Quadro 1 – Composição do crescimento em volume do Produto Interno Bruto – taxas de variação homóloga (%).....	5
Quadro 2 – Composição do crescimento em valor (preços correntes) do Produto Interno Bruto .....	6
Quadro 3 – Formação Bruta de Capital Fixo – dados encadeados em volume .....	6
Quadro 4 – Crescimento em volume do VAB .....	7
Quadro 5 – Valores médios de avaliação bancária – Habitação (Euros/m <sup>2</sup> ) .....	14
Quadro 6 – Vendas de cimento para o mercado interno (milhares de toneladas) .....	15
Quadro 7 – Classes de alvarás .....	17
Quadro 8 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará .....	18

**Gráficos**

Gráfico 1 – Formação Bruta de Capital Fixo – dados encadeados em volume (taxas de variação homóloga %) ...	7
Gráfico 2 – Valor Acrescentado Bruto – dados encadeados (taxas de variação homóloga %) .....	8
Gráfico 3 – Índice de Preços ao Consumidor (Taxa de variação homóloga %).....	8
Gráfico 4 – Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (Taxa de variação homóloga %) .....	9
Gráfico 5 – População empregada - Variação Homóloga (%).....	9
Gráfico 6 – Emprego na Construção / Emprego Total (%).....	10
Gráfico 7 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas por trimestre .....	12
Gráfico 8 – Número de fogos licenciados e concluídos por Região (1ºT e 2ºT de 2014) .....	12
Gráfico 9 – Taxa de juro implícita .....	13
Gráfico 10 – Crédito à habitação por destino de financiamento .....	13
Gráfico 11 – Evolução dos valores médios de avaliação bancária (valores em euros/m <sup>2</sup> ).....	14
Gráfico 12 – Índices de produção na Construção – variação homóloga (%) .....	15
Gráfico 13 – Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga %).....	16
Gráfico 14 – Número de acidentes de trabalho mortais .....	16
Gráfico 15 – Títulos habilitantes válidos a 30 de Junho de 2014.....	17
Gráfico 16 – Distribuição de Alvarás por Região NUT II (junho de 2014) .....	19
Gráfico 17 – Distribuição de Títulos de Registo por Região NUT II (junho de 2014) .....	19

## 1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2014 ficará marcado pela conclusão (em maio) do Programa de Assistência e Financeira, iniciado no 1º semestre de 2011, processo este, caracterizado pela implementação de fortes medidas restritivas da Política Orçamental e reafecção dos recursos na economia, começando a apresentar alguns sinais de evolução na economia portuguesa.

O primeiro semestre de 2014 apresentou taxas de crescimento do PIB positivas, após consecutivos períodos com taxas de variação negativas, também o Investimento, bem como as exportações e importações aumentaram em volume.

A evolução demográfica, especialmente na dimensão migratória teve um impacto importante na evolução da população ativa, tendo esta, sofrido reduções muito significativas nos últimos tempos para além do aumento da esperança média de vida e o conseqüente envelhecimento da população. Este processo, comum a vários países europeus, tem levado a um aumento da idade da reforma, refletindo-se na evolução da população ativa e das despesas com pensões. A taxa de desemprego é um dos elementos mais gravosos da evolução da economia portuguesa, embora neste último trimestre de 2014, a população desempregada tenha diminuído cerca de 16% em relação ao mesmo período de 2013 e 7,5% em relação ao primeiro trimestre de 2014.

Relativamente à política orçamental portuguesa, mantém uma orientação contraccionista que deverá prosseguir para dar cumprimento à redução do défice orçamental bem como regular o financiamento desta economia.

No sector da construção, o investimento no 2º trimestre de 2014 registou uma variação homóloga negativa, mas mais moderada do que nos trimestres anteriores, julgando-se que a produção neste sector começará de novo a crescer já nos finais deste ano, estimando-se uma retoma no segmento dos edifícios não residenciais e na engenharia civil, não obstante a construção residencial continuar a apresentar valores negativos.

### 1.1. Produto Interno Bruto

A crise económica portuguesa tem tido conseqüências ao nível da desaceleração do Produto Interno Bruto. No entanto desde o 4º trimestre de 2013, a atividade económica tem vindo a apresentar uma ligeira recuperação. Nos dois primeiros trimestres de 2014, a atividade económica registou taxas de variação positivas à semelhança do último trimestre de 2013 contribuindo para alguma perspetiva de crescimento económico.

Quadro 1 – Composição do crescimento em volume do Produto Interno Bruto – taxas de variação homóloga (%)

	1ºT/13	2ºT/13	3ºT/13	4ºT/13	1ºT/14	2ºT/14
Procura Interna	-6,0	-2,6	-1,2	0,5	3,3	1,8
Exportações	2,5	7,1	7,4	8,8	3,1	2,4
Importações	-3,6	5,6	6,8	6,0	9,3	4,8
<b>PIB</b>	<b>-3,8</b>	<b>-2,1</b>	<b>-1,0</b>	<b>1,6</b>	<b>1,0</b>	<b>0,9</b>

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2014

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, esta variação do produto deve-se ao comportamento da desaceleração da Procura Interna que apresentou um contributo de 1,8% no 2º trimestre em resultado de um abrandamento do Investimento. A Procura Externa Líquida registou um contributo negativo menos expressivo para a variação do PIB no 2º trimestre, devido ao abrandamento das importações de bens e serviços. As exportações apresentaram uma desaceleração, passando de uma variação homóloga de 3,1% no 1º trimestre para 2,4% no 2º trimestre.

Quadro 2 – Composição do crescimento em valor (preços correntes) do Produto Interno Bruto

*Unidade: milhões de euros*

	1ºT/13	2ºT/13	3ºT/13	4ºT/13	1ºT/14	2ºT/14
Procura Interna	41.710,7	41.932,9	42.886,0	43.154,2	43.565,0	42.854,5
Exportações	16.233,2	16.866,7	16.992,2	17.124,2	16.671,1	17.181,2
Importações	15.712,0	16.377,6	16.786,8	16.664,1	16.710,2	16.763,0
<b>PIB</b>	<b>42.232,0</b>	<b>42.422,0</b>	<b>43.091,5</b>	<b>43.614,3</b>	<b>43.525,9</b>	<b>43.272,7</b>

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2014

## 1.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

A Formação Bruta de Capital Fixo começou a apresentar variações positivas já a partir do último trimestre de 2013, após sucessivas quedas no investimento desde 2010.

Quadro 3 – Formação Bruta de Capital Fixo – dados encadeados em volume

*Unidade: milhões de euros*

	1ºT/13	2ºT/13	3ºT/13	4ºT/13	1ºT/14	2ºT/14
<b>FBCF Total</b>	6.285,8	6.405,8	6.523,8	6.637,2	6.368,6	6.556,2
Taxas de Variação homóloga (%)	-15,2	-6,0	-3,5	0,4	1,3	2,3
<b>FBCF da Construção</b>	3.251,9	3.333,2	3.358,8	3.354,5	3.019,6	3.215,8
Taxas de Variação homóloga (%)	-25,3	-12,2	-9,2	-7,7	-7,1	-3,5

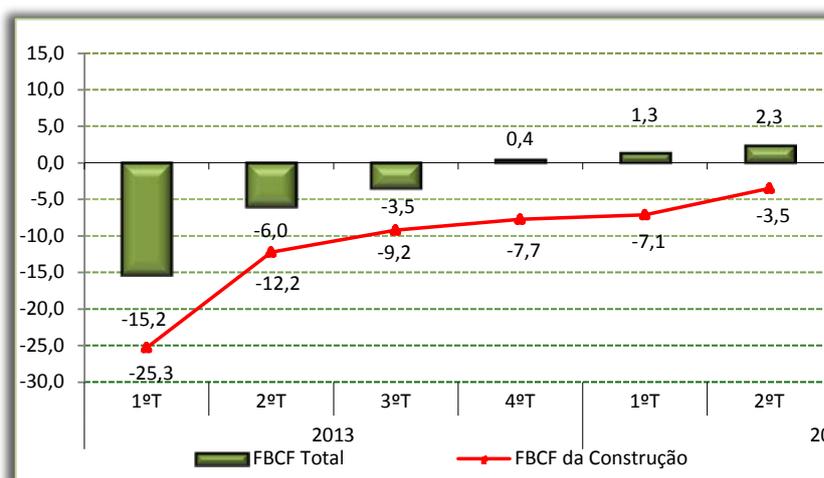
Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2014

A FBCF da Construção, por seu lado, ainda não atingiu a tendência da FBCF Total. No entanto o 2º trimestre deste ano já registou uma variação negativa menos acentuada que nos trimestres anteriores, com -3,5%.

Segundo dados do INE, a FBCF no sector da construção foi uma das componentes que mais contribuiu para a evolução do investimento no 2º trimestre de 2014, passando de -7,1% para -3,5%.

Como se poderá observar no gráfico, os trimestres que precederam 2014 registaram quedas acentuadas ao nível do investimento na atividade económica, marcadamente o primeiro trimestre de 2013.

Gráfico 1 – Formação Bruta de Capital Fixo – dados encadeados em volume (taxas de variação homóloga %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2014

### 1.3. O Valor Acrescentado Bruto (VAB)

À semelhança dos anteriores indicadores macroeconómicos, também o Valor Acrescentado Bruto tem vindo a apresentar variações positivas nos últimos três trimestres. No entanto no sector da construção, o VAB, embora apresente uma redução homóloga menos acentuada no 2º trimestre regista ainda valores negativos.

Quadro 4 – Crescimento em volume do VAB

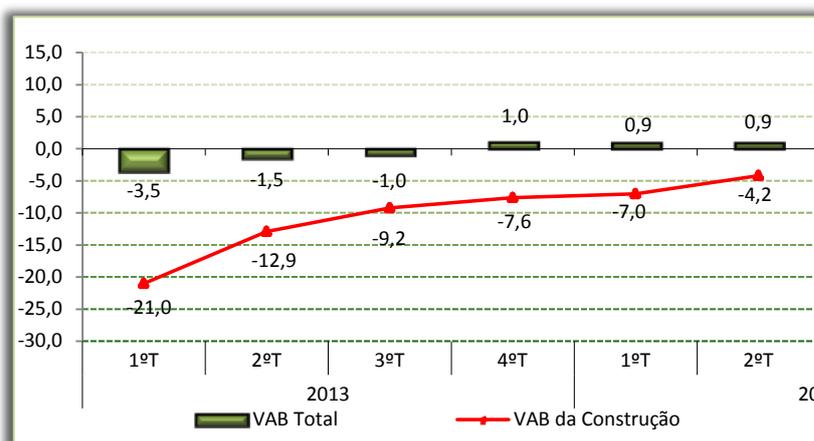
*Unidade: milhões de euros*

	1ºT/13	2ºT/13	3ºT/13	4ºT/13	1ºT/14	2ºT/14
<b>VAB Total</b>	41.759,8	42.048,8	42.067,9	42.247,5	42.146,3	42.446,2
Taxas de Variação homóloga (%)	-3,5	-1,5	-1,0	1,0	0,9	0,9
<b>VAB da Construção</b>	1.610,2	1.554,6	1.564,0	1.547,1	1.496,8	1.488,6
Taxas de Variação homóloga (%)	-21,0	-12,9	-9,2	-7,6	-7,0	-4,2

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2014

Tal como na FBCF, também se pode observar no gráfico seguinte que os trimestres que precederam 2014 registaram quedas ao nível do VAB na atividade económica, começando timidamente a surgir uma pequena evolução a partir do 4º trimestre de 2013.

Gráfico 2 – Valor Acrescentado Bruto – dados encadeados (taxas de variação homóloga %)

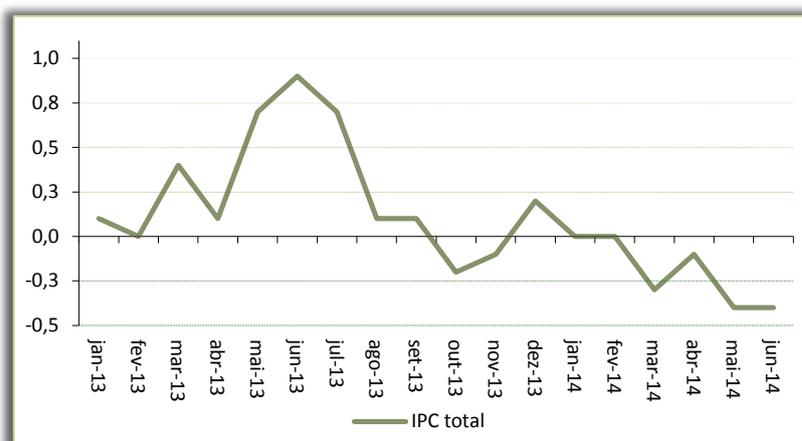


Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais – 2º trimestre de 2014

#### 1.4. O Índice de Preços no Consumidor

Em junho de 2013, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) situou-se em -0,4%, igual à observada no mês anterior e negativa pelo quinto mês consecutivo.

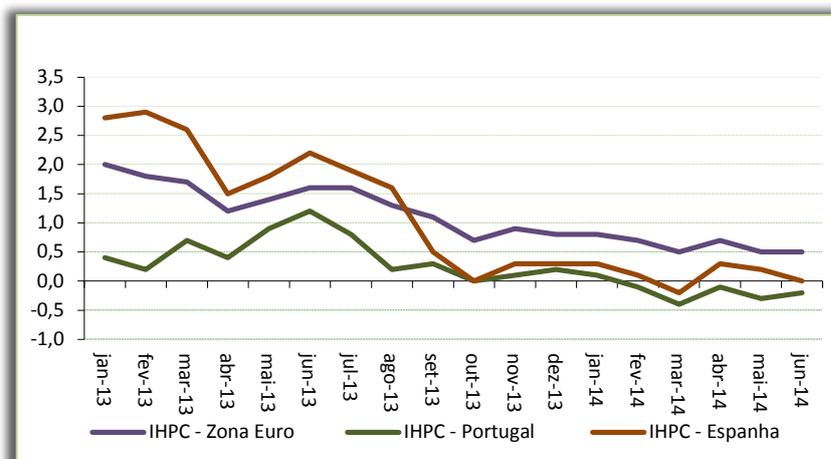
Gráfico 3 – Índice de Preços ao Consumidor (Taxa de variação homóloga %)



Fonte: INE Índice de Preços no Consumidor – junho de 2014

O Índice Harmonizado de Preços (IHPC) português registou também uma variação homóloga de -0,2%, inferior em 0,7 p.p. à estimada pelo Eurostat para a área do Euro.

Gráfico 4 – Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (Taxa de variação homóloga %)



Fonte: INE Índice de Preços no Consumidor – junho de 2014

## 1.5. O Mercado de Trabalho

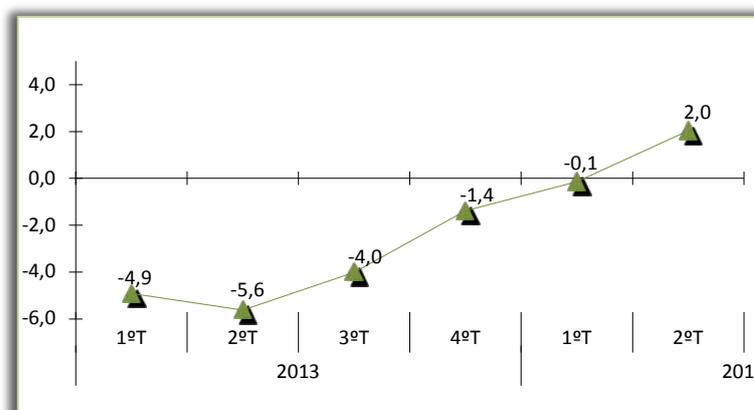
### O Emprego

De acordo com as estatísticas de emprego do INE, relativas ao 2º trimestre de 2014, a população ativa situava-se nos 5.243,5 mil indivíduos, traduzindo um acréscimo de 0,5% em relação ao 1º trimestre (cerca de 28,5 mil indivíduos).

Em relação à população empregada, num total de 4.514,6 mil indivíduos no 2º trimestre de 2014 registou um acréscimo trimestral de 1,9%. Em relação ao período homólogo de 2013 registou também um aumento de 2,0% (cerca de 90 mil indivíduos).

No gráfico observa-se a linha de tendência de evolução em 2013 e 2014 ao nível do emprego passando no 2º trimestre deste ano a apresentar variações positivas.

Gráfico 5 – População empregada - Variação Homóloga (%)

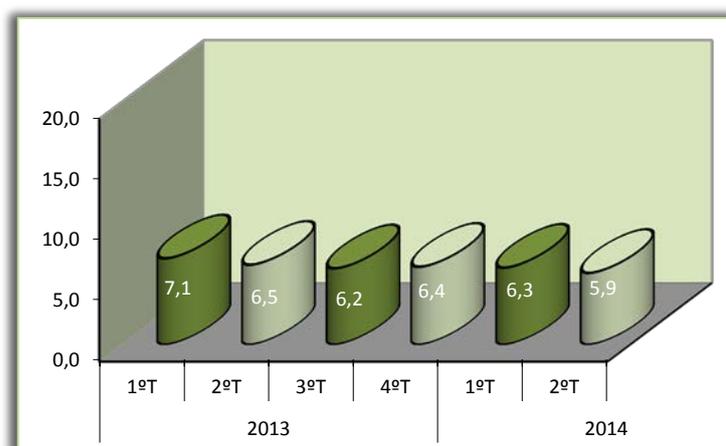


Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2014

Acompanhando a tendência da economia, o sector da construção registou, no 2º trimestre de 2014, uma variação homóloga de -8,4% em relação ao mesmo período de 2013, uma queda muito menos acentuada que nos trimestres anteriores.

Em relação ao peso que este sector tem no emprego total, o 2º trimestre registou uma ligeira diminuição de 5,9% em relação ao trimestre anterior, passando de 6,3% para 5,9%, correspondendo a 264,8 mil indivíduos.

Gráfico 6 – Emprego na Construção / Emprego Total (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2014

## 2. O MERCADO EM PORTUGAL - INDICADORES SECTORIAIS

### 2.1. Contextualização

Em 2014, relativamente aos primeiros dois trimestres, a produção do sector da construção voltou a registar uma quebra em termos reais, no entanto muito mais branda do que em períodos anteriores.

A dificuldade no acesso ao crédito, à qual se juntam problemas específicos do sector, agravaram significativamente a tesouraria das empresas, influenciando o investimento público e privado.

Comparando com o mesmo período de 2008 (início da crise), verifica-se que o número de obras licenciadas foi cerca de 20 mil face a 2014 com cerca de 8,0 mil. A mesma comparação para as obras concluídas em que nos primeiros dois trimestres de 2008 ascenderam a 19 mil e no mesmo período de 2014 não ultrapassam os 7,9 mil.

A atividade da construção movimenta vários sectores, a montante e a jusante da sua cadeia de produção, daí decorrendo que seja considerado um dos sectores impulsionadores da economia nacional, não só pelo seu peso específico na criação de riqueza como também de emprego, tendo em conta o seu óbvio efeito multiplicador, sendo, por isso, uma atividade fundamental para o crescimento da economia.

### 2.2. Obras Particulares - Licenciadas e Concluídas

Pela análise do gráfico 7, verifica-se que a tendência de evolução do número de edifícios licenciados<sup>1</sup> tem acompanhado o número de edifícios concluídos<sup>2</sup>.

No 2º trimestre de 2014 foram licenciados cerca de 4,0 mil edifícios (aproximadamente -6,5% em relação ao mesmo trimestre de 2013) e concluídos cerca de 3,7 mil edifícios (aproximadamente -29% em relação ao mesmo trimestre de 2013).

Comparando com o 1º trimestre de 2013, o número de edifícios licenciados registou uma descida de 0,1% e os edifícios concluídos registam uma variação também negativa de 11,5%.

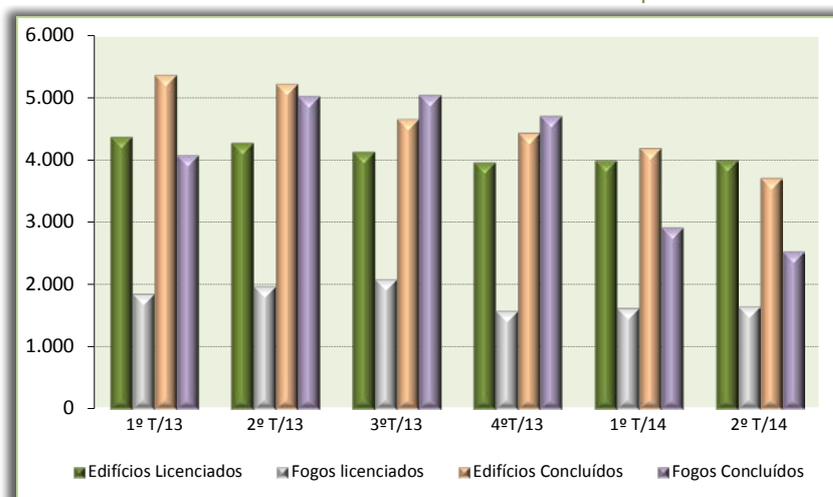
Em relação ao número de fogos licenciados e concluídos destacam-se as discrepâncias nestes ao longo de 2013 e nos dois trimestres de 2014, que poderão ser explicadas pela crise já mencionada, razões pelas quais o sector da construção retraiu o investimento nesta componente, limitando-se praticamente a concluir o que já estava iniciado.

A conclusão de fogos tem vindo a diminuir em construções novas: 5,4 mil conclusões nos dois primeiros trimestres de 2014, quando ainda no mesmo período de 2013 tinha ultrapassado os 9,1 mil, o que corresponde a uma diminuição de cerca de 40%. No que se refere ao número de fogos licenciados os dois primeiros trimestres de 2014 registaram apenas uma ligeira diminuição de 14,3% comparando com o mesmo período de 2013.

<sup>1</sup> O total de edifícios licenciados inclui construções novas, ampliações, alterações, reconstruções e demolições de edifícios.

<sup>2</sup> O total de edifícios concluídos inclui construções novas, ampliações, alterações e reconstruções de edifícios.

Gráfico 7 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas por trimestre



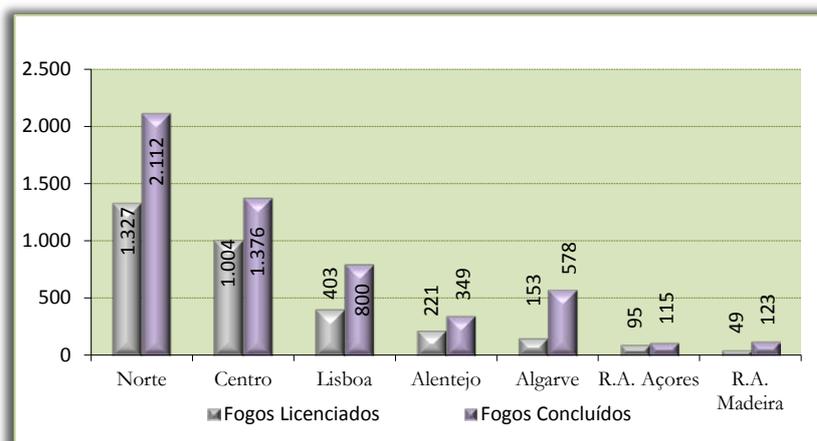
Fonte: INE

Observando o gráfico seguinte verifica-se quais são as Regiões com maior e menor representatividade no número total de fogos licenciados e concluídos nos dois primeiros trimestres de 2014.

Assim, a Região Norte representa cerca de 40,8%, enquanto a Região Autónoma da Madeira representa apenas 1,5% no número total de fogos licenciados.

É também a região Norte a mais significativa no número total de fogos concluídos, que representa 38,7% do total, enquanto a Região Autónoma dos Açores representa apenas 2,1%.

Gráfico 8 – Número de fogos licenciados e concluídos por Região (1ºT e 2ºT de 2014)

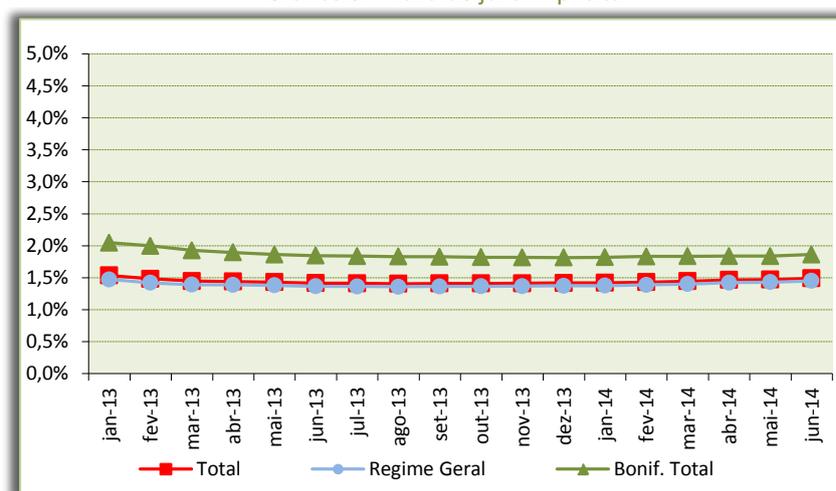


Fonte: INE

### 2.3. Taxa de Juro Implícita

A taxa de juro implícita<sup>3</sup> no conjunto dos contratos de crédito à habitação fixou-se, no mês de junho de 2014, em 1,4%, aumentando 0,01 p.p. face ao mês anterior.

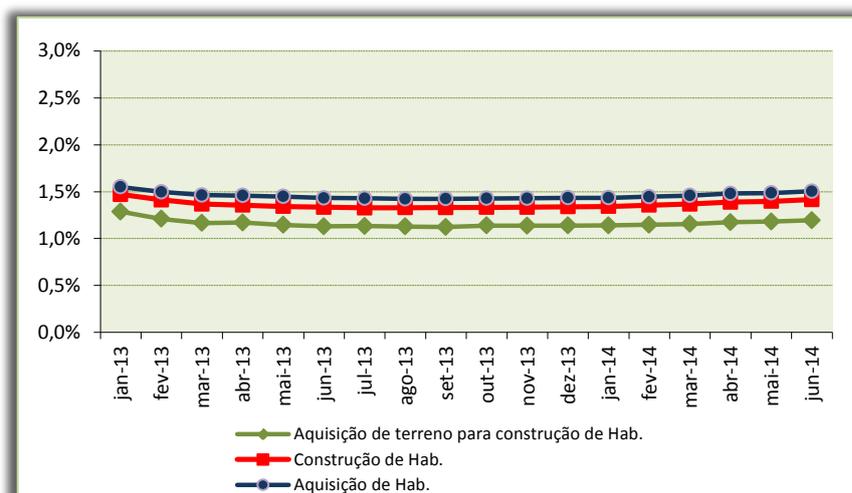
Gráfico 9 – Taxa de juro implícita



Fonte: INE

Segundo dados do INE, o valor do capital médio em dívida para a totalidade dos contratos de crédito à habitação foi de 57.268 euros (registando uma diminuição de 70 euros face ao mês anterior).

Gráfico 10 – Crédito à habitação por destino de financiamento



Fonte: INE

3 A taxa de juro implícita no crédito à habitação reflete a relação entre os juros totais vencidos no mês de referência e o capital em dívida no início desse mês.

Observando o gráfico anterior, em junho de 2014, a taxa de juro implícita nos contratos com destino à Aquisição de Terreno para Construção de Habitação, para Construção de Habitação e para Aquisição de Habitação foram 1,2%, 1,4% e 1,5%, respetivamente, mantendo-se praticamente idênticas às observadas em maio do mesmo ano.

#### 2.4. Valores médios de avaliação bancária

Em junho de 2014, o valor médio de avaliação bancária de habitação do total do país situou-se em 1.006 euros/m<sup>2</sup>, correspondendo a um aumento de 11 euros/m<sup>2</sup> face a maio.

Com exceção da RA dos Açores e do Alentejo, todas as regiões NUTS II registaram em junho aumentos nos valores médios de avaliação face a maio do mesmo ano.

Quadro 5 – Valores médios de avaliação bancária – Habitação (Euros/m<sup>2</sup>)

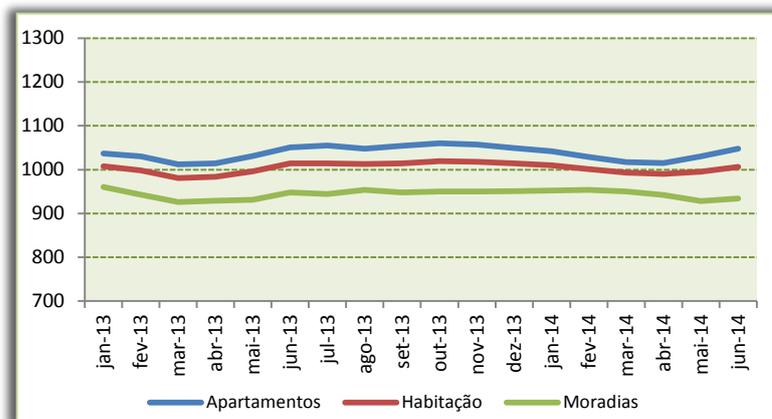
	Jan 14	Fev 14	Mar 14	Abr 14	Mai 14	Jun 14
<b>Portugal</b>	1.010	1.001	993	990	995	1.006
Norte	886	879	868	866	869	881
Centro	841	837	831	824	830	835
Lisboa	1.214	1.187	1.180	1.166	1.181	1.198
Alentejo	890	890	895	882	880	866
Algarve	1.226	1.213	1.186	1.206	1.197	1.201
RA Açores	944	956	955	938	921	918
RA Madeira	1.222	1.212	1.199	1.146	1.126	1.145

Fonte: INE

Nota: Valores que correspondem à média de todos os valores de avaliação bancária de habitação

Observando o gráfico seguinte verifica-se que o valor médio da avaliação bancária, nos três segmentos, tem tido o mesmo comportamento ao longo do ano de 2014, situando-se o valor dos apartamentos em 1.048 euros/m<sup>2</sup> e o das moradias em 934 euros/m<sup>2</sup>.

Gráfico 11 – Evolução dos valores médios de avaliação bancária (valores em euros/m<sup>2</sup>)

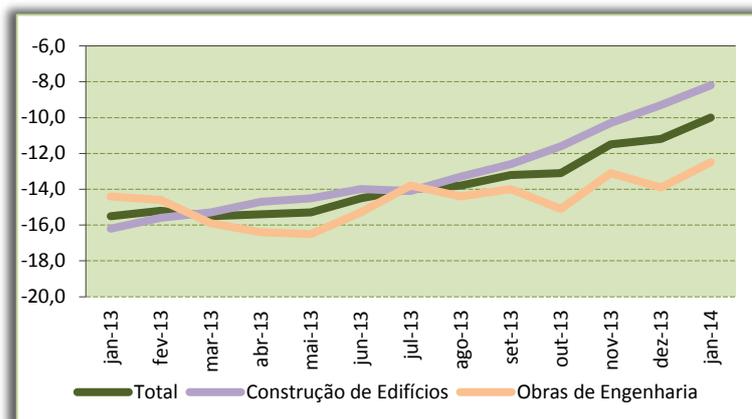


Fonte: INE

## 2.5. Índice de produção na construção e obras públicas

Segundo dados disponibilizados pelo INE, a produção na construção, corrigida dos efeitos de calendário e da sazonalidade e tendo como base a média dos últimos três meses apresentou em junho de 2014, uma variação homóloga de -10,0%, redução menos intensa que a verificada no mês anterior (-11,2%).

Gráfico 12 – Índices de produção na Construção – variação homóloga (%)



Fonte: INE

Os dois segmentos observados tiveram o mesmo comportamento. O segmento da construção de edifícios apresentou em junho uma variação negativa de 8,2% face ao mês anterior, assim como o segmento da engenharia civil registou, igualmente, uma variação negativa de 12,5%.

## 2.6. Vendas de cimento para o mercado interno

Quadro 6 – Vendas de cimento para o mercado interno (milhares de toneladas)

	2013					2014				
	1º T	2º T	3º T	4º T	Total	1º T	2º T	3º T	4º T	Total
	593	672	674	608	2.547	531	607	621	ND	1.759
Var. Trimestral	-10,2	13,3	0,3	-9,8		-12,7	14,3	2,3		
Var. Homóloga	-39,0	-21,6	-17,2	-7,9		-10,5	-9,7	-7,9		

Fonte: dados cedidos ao InCI pelas principais empresas portuguesas no sector

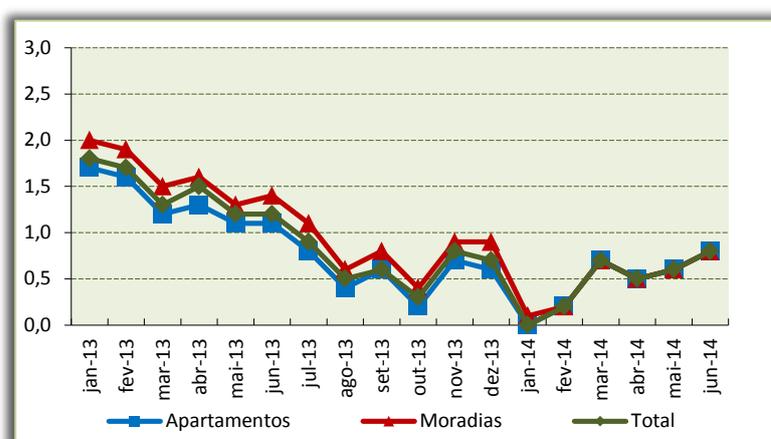
Os dados disponibilizados pelas principais empresas do sector permitem analisar o quadro de vendas de cimento para o mercado interno, verificando-se uma descida acentuada nas vendas, quer em termos trimestrais quer homólogos, para os 3 trimestres de 2014. Este cenário justifica-se pela menos boa *performance* que o sector tem vindo a revelar nos últimos dois anos.

## 2.7. Índice de custos de construção

Segundo dados disponibilizados pelo INE, o índice de custos de construção de habitação nova registou em junho de 2014 uma variação homóloga de 0,8%, taxa superior em 0,2 pontos percentuais à observada em maio.

Por tipo de construção, as taxas de variação homóloga dos índices relativos a Apartamentos e Moradias registaram também 0,8% tendo ambas aumentado 0,2 pontos percentuais face às taxas registadas em maio.

Gráfico 13 – Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga %)

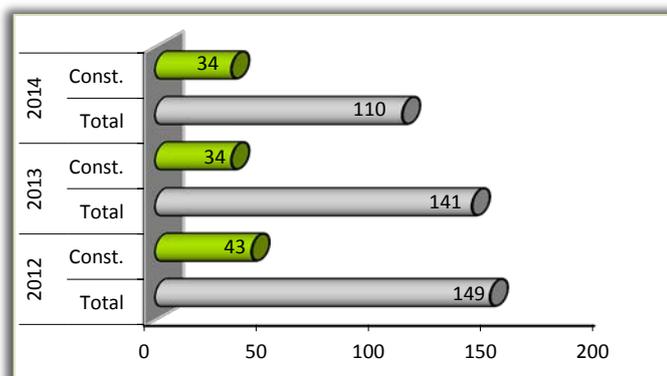


Fonte: INE

## 2.8. Segurança no trabalho

Segundo informação da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), tem vindo a diminuir o número de acidentes de trabalho no sector da construção. De 2014 para 2012 verificou-se menos 9 vítimas. Refira-se que em relação a 2014, os dados estão atualizados a novembro de 2014.

Gráfico 14 – Número de acidentes de trabalho mortais



Fonte: ACT

### 3. O TECIDO EMPRESARIAL DO SECTOR DA CONSTRUÇÃO

#### 3.1. Títulos válidos a 30 de junho

A atividade da construção é regulamentada por lei (DL n.º12/2004, de 9 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo DL n.º69/2011 de 15 de Junho), sendo necessário para o seu exercício a titularidade de um habilitação (alvará ou título de registo), emitida pelo InCI.

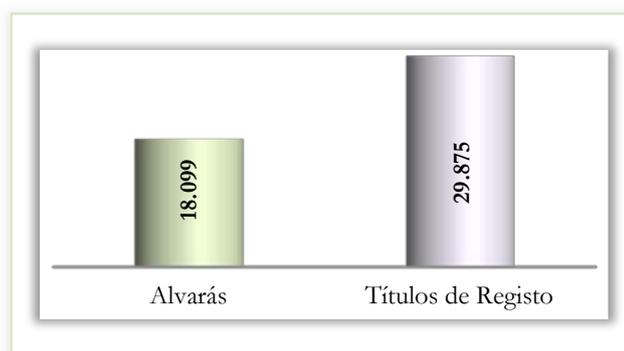
Consoante a classe do alvará de que é titular uma empresa de construção, assim se determina o valor limite das obras que poderá executar, de acordo com as categorias e subcategorias constantes na Portaria n.º 19/2004, de 10 de janeiro. Para 2012<sup>4</sup> vigoraram os limites que constam do quadro seguinte:

Quadro 7 – Classes de alvarás

Classe das Habilitações	2012/2013/2014
1	166.000 €
2	332.000 €
3	664.000 €
4	1.328.000 €
5	2.656.000 €
6	5.312.000 €
7	10.624.000 €
8	16.600.000 €
9	Acima de 16.600.000 €

No final de junho de 2014, existiam no sector da construção 18.099 empresas habilitadas com Alvará e 29.875 com Título de Registo.

Gráfico 15 – Títulos habilitantes válidos a 30 de Junho de 2014



Fonte: InCI

<sup>4</sup> A Portaria n.º 119/2012, de 30 de abril, (retificada pelas Declarações de Retificação n.º 25/2012, de 23 de maio e n.º 27/2012 de 30 de maio), estabelece a correspondência entre as classes e os valores das obras que os titulares de Alvará ficam autorizados a executar.

Apesar da crise que o sector atravessa, o número de alvarás válidos tem-se mantido relativamente estável, ainda que com uma tendência de descida. Em relação a 31 de dezembro de 2013, a variação no número de alvarás válidos foi de -7,4%. Refira-se que a comparação estabelecida é entre o 1º semestre de 2014 e o ano de 2013.

Situação semelhante se verifica quanto ao número de títulos de registo, que também diminuiu de 30.792 em dezembro de 2013 para 29.875 no 1º semestre de 2014, com uma variação de -3,0%.

### 3.1.1. Distribuição por classe de alvarás

Relativamente à distribuição de alvarás por classes, verificou-se um decréscimo mais acentuado de empresas classificadas na classe 3 e 9. Saliente-se a única variação positiva na classe 8 que passou de 45 para 48 empresas habilitadas nesta classe.

Quadro 8 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará

Classes	Dezembro de 2013	Junho de 2014	Var. 2014/2013
Classe 1	11.811	10.879	-7,89
Classe 2	3.025	2.814	-6,98
Classe 3	1.950	1.778	-8,82
Classe 4	1.282	1.215	-5,23
Classe 5	954	912	-4,40
Classe 6	274	260	-5,11
Classe 7	115	111	-3,48
Classe 8	45	48	6,67
Classe 9	90	82	-8,89
<b>Total</b>	<b>19.546</b>	<b>18.099</b>	<b>-7,40</b>

Fonte: InCI

Em junho de 2014, cerca de 60,1% (10.879) das empresas registadas, eram detentoras de alvará em classe 1.

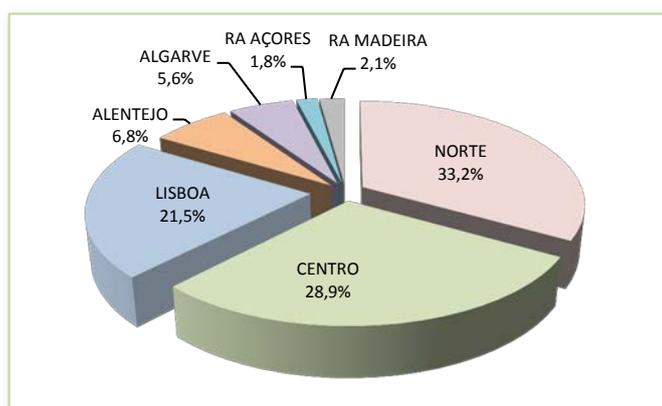
Salienta-se ainda o facto de as classes 1 e 2 representarem cerca de 75,6% do mercado, ou seja,  $\frac{3}{4}$  das empresas de construção.

### 3.1.2. Distribuição geográfica

Relativamente à distribuição geográfica (NUT II), verifica-se que as Regiões do Norte e do Centro detêm o maior número de empresas com alvará, respetivamente 33,2% e 28,9%.

Por classificação distrital, Lisboa detém a maior parcela de empresas detentoras de alvará, cerca de 18,7% do total do país, logo seguida do Porto, com cerca de 13,9%.

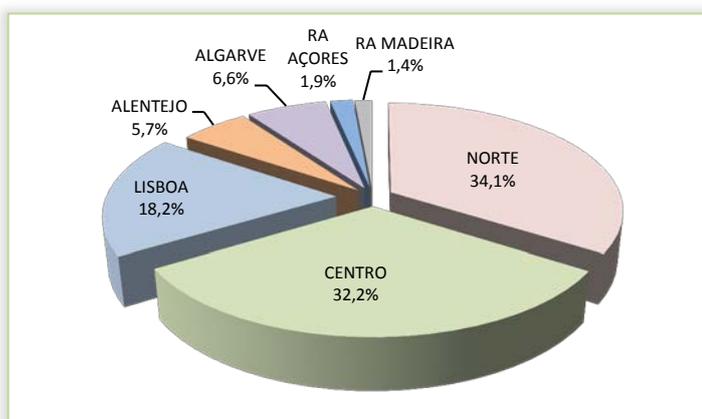
Gráfico 16 – Distribuição de Alvarás por Região NUT II (junho de 2014)



Fonte: InCI

Situação idêntica na distribuição geográfica para as empresas detentoras de título de registo. O Norte é detentor de 34,1% dos títulos de registo e o Centro, de 32,2%. Na distribuição por distritos Lisboa detém cerca 15,4% e o Porto detém cerca de 13,8% de empresas detentoras de título de registo.

Gráfico 17 – Distribuição de Títulos de Registo por Região NUT II (junho de 2014)



Fonte: InCI

## 4. SÍNTESE

Em Portugal, no 1º semestre de 2014, a atividade económica começou a apresentar uma ligeira recuperação, perspetivando-se sinais positivos que parecem indiciar o fim da recessão.

Segundo o Banco de Portugal, a conclusão recente do Programa de Assistência Económica e Financeira acordado em maio de 2011 entre Portugal e a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional constitui um momento importante na evolução da economia portuguesa. Durante este período registaram-se progressos na correção de um conjunto de desequilíbrios macroeconómicos e foram implementadas medidas de carácter estrutural em diversas áreas. No entanto a economia portuguesa deverá assentar num crescimento sustentado do produto, condição esta também essencial para a redução do nível de desemprego.

Relativamente à zona euro, a atividade económica continua frágil, existindo alguns sinais de recuperação. As condições económicas de dois dos principais parceiros comerciais de Portugal, Espanha e Alemanha não se preveem, por enquanto, sinais positivos significativos. Espanha deverá permanecer em recessão e Alemanha deverá continuar a crescer a uma taxa reduzida.

Também o PIB chinês, após uma recuperação no final de 2013, prevê-se um abrandamento no seu crescimento económico para 2014.

Nos EUA a atividade económica perspetiva-se expansionista impulsionada pelo crescimento dos gastos em consumo.

No que diz respeito ao sector da construção, persiste o cenário de crise no entanto a um ritmo muito mais moderado do que nos períodos anteriores.

Sendo este sector caracterizado como barómetro da economia nacional, sente fortemente os efeitos desta crise, tendo visto a sua situação degradar-se, nomeadamente quanto ao volume de negócios e, consequentemente, quanto ao seu contributo para o investimento nacional, face ao peso que esta indústria representa no mercado nacional de emprego.

A retração do investimento privado, bem como as restrições de natureza orçamental, que impõem contenção na despesa pública e, inevitavelmente, também no investimento público, afetam negativamente a dimensão do mercado interno da construção.

O mercado de trabalho, à semelhança da atividade económica tem vindo a apresentar ligeiras melhorias. O sector perdeu cerca de 24 mil postos de trabalho no 2º trimestre, uma quebra de 8,4% face ao mesmo período de 2013 e uma redução de cerca de 14 mil trabalhadores relativamente ao 1º trimestre deste ano.

Segundo o Banco de Portugal, as projeções para a economia portuguesa para os próximos anos apontam para uma continuação da trajetória de recuperação gradual da atividade iniciada em 2013, ligeiramente acima do crescimento esperado para a área do euro.

## 5. FONTES ESTATÍSTICAS

Variáveis e fontes			
Nível	Variável	Fonte	
Envolvente Macroeconómica	PIB	INE	
	FBCF		
	VAB		
	Consumo Privado		
	Índice de Preços no Consumidor		
	Emprego e Desemprego	INE, IIEFP	
	Défice Orçamental	Banco de Portugal	
Sector da Construção	Mercado em Portugal	Obras Particulares: Licenciadas e Concluídas	INE
		Índice de Produção na Construção e Obras Públicas	INE
		Vendas de Cimento para o mercado externo	Cimpor, Secil
		Índice de Custo de Construção de Habitação Nova	INE
		Acidentes de Trabalho	ACT
		Taxa de Juro implícita no crédito à habitação	INE
		Valores de avaliação bancária	
	Tecido Empresarial	Alvarás e Títulos de Registo	InCI
		Indicadores económico-financeiros das empresas inscritas no InCI	
	Macro-enquadramento Europa	Variação da Produção de Edifícios Residenciais e Não Residenciais	Euroconstruct
		Variação da Produção de Obras de "Engenharia Civil"	